

Diário do Acionista

ANO IX • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 9 de abril de 2025 • Nº 2027 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

BANCO CENTRAL

Contas públicas têm déficit de R\$ 19 bilhões

As contas públicas fecharam o mês de fevereiro com saldo negativo, resultado do déficit do Governo Central. O setor público consolidado - formado por União, estados, municípios e empresas estatais - registrou déficit primário de R\$ 18,973 bilhões no segundo mês de 2025. O valor,

entretanto, é menor que o resultado negativo de R\$ 48,692 bilhões registrado no mesmo mês de 2024. Na comparação interanual, houve melhora nas contas públicas também em razão da melhora nas contas do Governo Central, que inclui Previdência, Banco Central e Tesouro Na-

cional, ainda que continue com déficit. A redução se deve, basicamente, pelo aumento das receitas e queda das despesas. As Estatísticas Fiscais foram divulgadas ontem pelo Banco Central (BC). O déficit primário representa o resultado negativo das contas do setor público. **PÁGINA 2**

GUERRA DE TARIFAS

EUA vão taxar produtos da China em 104% a partir de hoje

A secretária de imprensa da Casa Branca, Karoline Leavitt, confirmou ontem que os Estados Unidos vão cobrar tarifas de 104% sobre os produtos chineses a partir de hoje. A medida é mais um episódio da guerra comercial entre os países. Na coletiva de imprensa transmitida pelas redes sociais da Casa Branca nesta tarde, a secretária foi questionada por um repórter se o presidente Donald Trump manteria a decisão de adicionar 50% em taxas sobre os produtos da China. "Elas (as novas taxas) entrarão em vigor à meia-noite de hoje. Então, efetivamente amanhã", respondeu Karoline Leavitt. Minutos antes, a secretária havia criticado o governo chinês por não recuar e aceitar uma negociação com os Estados Unidos. "Países como a China, que escolhem retaliar e tentam redobrar os maus-tratos aos trabalhadores americanos, estão cometendo um erro. O presidente Trump tem uma espinha dorsal de aço e não vai quebrar. **PÁGINA 8**

CORRUPÇÃO

Juscelino oficializa pedido de demissão do ministério



JOÉDSON ALVES

O ministro das Comunicações, Juscelino Filho, pediu desligamento do cargo, ontem, após ter sido denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) por supostos desvios em emendas parlamentares quando ele era deputado federal. Ele estava no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva desde o início do mandato, em janeiro de 2023. De acordo com a Secretaria de Im-

prensa da Presidência da República, o presidente ligou para Juscelino Filho e solicitou que o ministro pedisse sua demissão, para poder realizar sua ampla defesa fora do governo. Em carta aberta divulgada no início da noite, o agora ex-ministro disse que pediu exoneração para preservar o projeto do governo federal e se concentrar em sua própria defesa. **PÁGINA 7**

ENCHENTES

Angra dos Reis decreta emergência em saúde pública

PÁGINA 8

CONTAS ESQUECIDAS

Brasileiros sacaram R\$ 258 mi em fevereiro

PÁGINA 5

JUSTIÇA



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

Governo entrega PEC da Segurança Pública ao presidente da Câmara

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública - preparada pelo governo federal - foi entregue ontem pelo ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski (foto), e pela ministra-chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Gleisi Hoffmann, ao presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta. O texto foi atualizado para a inclusão de sugestões dos governadores. Assim que recebeu o documento em sua residência oficial, Motta disse, via redes sociais, que dará prioridade à matéria na Câmara. "Segurança pública é um tema que nos une. Há pouco, eu e os líderes da Câmara recebemos a PEC da Segurança Pública pelas mãos do ministro Ricardo Lewandowski e da ministra Gleisi Hoffmann. **PÁGINA 7**

INDICADORES

IBOVESPA -1,32% / 123.931,89 / -1.656,20 / Volume: 27.703.590.709 / Negócios: 4.739.259			Bolsas do mundo		Salário mínimo	R\$ 1.412,00	IGP-M	1,06% (fev.)	EURO turismo								
Mais Negociados			Majores Altas		Majores Baixas		Fechamento	%	Ufir-RJ	R\$ 4,5373	IPCA	1,31% (fev.)	Compra: 6,6483	Venda: 6,8283			
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Taxa Selic	(19/03)	14,25%	CDI	(19/03)	13,25%	DÓLAR Ptax - BC	Compra: 6,2260	+0,83%
HAPVIDA ON NM	2,03	-1,46	-0,03	PARANAPANEMA ON NM	2,44	+25,13	+0,49	CASAS BAHIA ON NM	6,500	-14,36	-1,090	S&P 500	37,645,59	-0,84	NASDAQ Composite	15,267,912	-2,15
COGNA ON ON ATZ NM	2,01	-0,99	-0,02	DTCOM.DIRECTON	4,20	+7,69	+0,30	MAGAZINE LUIZA ON NM	8,78	-13,41	-1,36	Nasdaq 100	17,090,401	-1,95	Euronext 100	1,405,66	+2,58
PETROBRAS PN N2	32,00	-3,56	-1,18	BANESCO PN	27,40	+6,70	+1,72	MERC INVEST ON	17,51	-12,45	-2,49	CAC 40	7,100,42	+2,50			
BRDESCO PN EJ N1	12,02	-2,75	-0,34	BARDELLA ON	9,50	+4,97	+0,45	TEX RENAUX PN	1,50	-11,76	-0,20						
MAGAZINE LUIZA ON NM	8,78	-13,41	-1,36	ALPHAVILLE ON NM	2,000	+4,71	+0,090	OI ON N1	0,72	-10,00	-0,08						

MERCADOS



Tensão EUA-China e commodities puxam Bovespa para abaixo

CAROLINE ARAGAKI/AE

A escalada da tensão comercial entre os Estados Unidos e a China turbinou a tese de que haverá uma desaceleração econômica mundial, o que tende a limitar a demanda por commodities. Em efeito dominó, ações ligadas ao minério de ferro e ao petróleo - com grande peso na Bolsa brasileira - são destaque de baixa e prejudicam a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), que perdeu o nível dos 124 mil pontos no período da tarde desta terça-feira.

O Ibovespa (Ibovespa) em queda de 1,32%, aos 123.931,89 pontos, após mínima (-1,7%) aos 123.454,24 pontos e máxima (+1,64%) aos 127.651,60 pontos. O giro financeiro totalizou R\$ 27,4 bilhões.

A máxima do índice foi pela manhã, na esteira da recuperação em Wall Street. O mercado aguardava ansiosamente pela badalada do relógio das 13 horas (de Brasília), limite imposto pelos EUA para que a China removesse a tarifa recíproca de 34% imposta em retaliação aos 34% dos EUA sobre produtos chineses.

Contudo, perto do horário, a China não apenas não removeu a tarifa, como disse que

vai "lutar até o fim" caso o governo Donald Trump leve adiante a aplicação de sobretaxas e iniciou uma disputa na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra tarifas recíprocas. Pouco depois, o Ibovespa tocou mínimas, acompanhando também o movimento das bolsas de Nova York - que ainda testavam uma recuperação.

Vale e CSN ON tombaram mais de 5%, e Petrobras recuou mais de 3%. Ainda entre as blue chips, o setor financeiro cedeu em bloco.

DÓLAR

O dólar acelerou os ganhos ao longo da tarde com o acirramento das tensões comerciais entre Estados Unidos e China e emendou ontem, o terceiro pregão consecutivo de alta firme no mercado local, flertando com fechamento acima do nível psicológico de R\$ 6,00.

Com máxima a R\$ 6,0054, o dólar subiu 1,48%, a R\$ 5,9979 - maior valor de fechamento desde 21 de janeiro (R\$ 6,0307). A divisa já acumula ganhos de 5,13% nos seis primeiros pregões de abril. As perdas no ano, que chegaram a superar 8%, agora são de 2,95%.

TAXAÇÃO

Haddad diz que Brasil precisa ter prudência

DANIEL TOZZI MENDES, FRANCISCO CARLOS DE ASSIS E EDUARDO LAGUNA/AE

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem, que o Brasil precisa ter prudência ao tomar qualquer medida como reação à política tarifária do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. "A pior coisa que o Brasil pode fazer nesse momento é sair a campo sem a prudência que sempre tivemos", disse Haddad durante participação no 11º Brazil Investment Forum, evento anual do Bradesco BBI, em São Paulo.

Segundo Haddad, ao eventualmente reagir, o Brasil também precisaria olhar com cuidado a posição do País em relação a outros parceiros comerciais, que importam cada vez mais itens produzidos nacionalmente.

"Não é hora de ficar anunciando medida, é tentar ver se a poeira baixa, se estabiliza para que possamos começar a nos movimentar, de maneira a nos proteger dessa situação que é muito tensa", explicou Haddad.

Na avaliação do ministro, a política tarifária de Trump escancarou que os EUA não têm olhos para outras nações como rivais comerciais, apenas para China. Segundo Haddad, porém, os problemas norte-americanos não serão resolvidos com tarifas.

Haddad mencionou que, ao taxar produtos chineses, "é fantasia" acreditar que os EUA passarão a produzir "amanhã" itens que atualmente são importados do país asiático.

"Exige tempo para isso acontecer", frisou. "Sabemos que a economia vai reagindo de acordo com estímulos", complementou.

MAIS BARATOS

No evento, Haddad concordou com a avaliação de que o Brasil pode ser menos prejudicado do que outros países pelo "tarifaço" de Trump. O ministro entende que os produtos brasileiros, que receberam a tarifa mínima do governo americano (10%), poderão ficar mais baratos frente aos concorrentes.

Ele também observou que a guerra comercial pega o Brasil sem dívida externa, com reservas cambiais expressivas e saldo comercial robusto.

Além disso, acrescentou, os juros estão elevados, o que significa espaço para ação da política monetária se for necessário estimular a economia. Os graus de liberdade para reação do Brasil a choques internacionais, frisou Haddad, não são comuns, em especial na comparação com os vizinhos da América Latina.

"Relativamente, diante do incêndio, estamos mais perto da porta de saída do que nossos pares", respondeu o ministro ao falar sobre os impactos da política comercial norte-americana.

Haddad ponderou, no entanto, que as tarifas de Trump contra a China afetam o Brasil de alguma maneira, uma vez que atingem o principal parceiro comercial do País. "Não se consegue escapar de lógica que tem China como alvo sem afetar o resto do mundo", afirmou.

BANCO CENTRAL

Contas públicas têm déficit de R\$ 19 bi em fevereiro

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

As contas públicas fecharam o mês de fevereiro com saldo negativo, resultado do déficit do Governo Central. O setor público consolidado - formado por União, estados, municípios e empresas estatais - registrou déficit primário de R\$ 18,973 bilhões no segundo mês de 2025.

O valor, entretanto, é menor que o resultado negativo de R\$ 48,692 bilhões registrado no mesmo mês de 2024. Na comparação interanual, houve melhora nas contas públicas também em razão da melhora nas contas do Governo Central, que inclui Previdência, Banco Central e Tesouro Nacional, ainda que continue com déficit. A redução se deve, basicamente, pelo aumento das receitas e queda das despesas.

As Estatísticas Fiscais foram divulgadas ontem pelo Banco Central (BC). O déficit primário representa o resultado negativo das contas do setor público (despesas menos receitas), desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública.

No acumulado do ano, o setor público consolidado registra superávit primário de R\$ 85,122 bilhões. Em 12 meses - encerrados em fevereiro - as contas acumulam o resultado negativo de R\$ 15,885 bilhões, o que corresponde a 0,13% do Produto Interno Bruto (PIB, a soma de todos os bens e serviços produzidos no país).

Em 2024, as contas públicas fecharam o ano com déficit primário de R\$ 47,553 bilhões, 0,4% do PIB.

ESFERAS DE GOVERNO

Em fevereiro último, a conta do Governo Central teve déficit primário de R\$ 28,517 bilhões ante resultado negativo de R\$ 57,821 bilhões em fevereiro de 2024. O montante do déficit difere do resultado divulgado no último dia 27 de março pelo Tesouro Nacional, de déficit de R\$ 31,7 bilhões, porque o BC usa uma metodologia diferente, que leva em conta a variação da dívida dos entes públicos.

Os governos estaduais registraram superávit no mês de fevereiro de R\$ 6,633 bilhões, ante superávit de R\$ 7,486 bilhões em fevereiro do ano passado. Já os governos municipais tiveram resultado positivo de R\$ 2,611 bilhões em fevereiro deste ano. No mesmo mês de 2024, houve superávit de R\$ 1,160 bilhão para esses entes.

Com isso, no total, os governos regionais - estaduais e municipais - tiveram superávit de R\$ 9,244 bilhões em fevereiro passado contra resultado negativo de R\$ 8,646 bilhões no mesmo mês de 2024.

Da mesma forma, as empresas estatais federais, estaduais e municipais - excluídas dos grupos Petrobras e Eletrobras - contribuíram para redução do déficit das contas públicas, com o resultado positivo de R\$ 299

milhões em fevereiro de 2024. No mesmo mês do ano passado, o déficit foi de R\$ 483 milhões.

DESPESAS COM JUROS

Os gastos com juros ficaram em R\$ 78,253 bilhões em fevereiro deste ano, um aumento em relação aos R\$ 65,166 bilhões registrados em fevereiro de 2024. De janeiro para fevereiro, também houve uma alta significativa. No primeiro mês do ano, os gastos com juros foram de R\$ 40,358 bilhões.

De acordo com o BC, não é comum a conta de juros apresentar grandes variações, já que os juros são apropriados por competência, mês a mês. Mas no resultado, há os efeitos das operações do Banco Central no mercado de câmbio (swap cambial, que é a venda de dólares no mercado futuro) que, neste caso, contribuíram para a piora da conta de juros em setembro. Os resultados dessas operações são transferidos para o pagamento dos juros da dívida pública, como receita quando há ganhos e como despesa quando há perdas.

Em fevereiro de 2024, a conta de juros do Banco Central ficou positiva em R\$ 6,021 bilhões, enquanto em janeiro e fevereiro deste ano os saldos foram negativos em R\$ 28,981 bilhões e R\$ 1,127 bilhão, respectivamente.

Também contribuíram para o aumento dos gastos com juros o aumento da taxa básica de juros, a Selic, o maior número de dias úteis e o próprio crescimen-

to da dívida no período.

Com isso, o resultado nominal das contas públicas - formado pelo resultado primário e os gastos com juros - caiu na comparação interanual. No mês de fevereiro, o déficit nominal ficou em R\$ 97,226 bilhões contra o resultado negativo de R\$ 113,858 bilhões em igual mês de 2024.

Em 12 meses encerrados em fevereiro, o setor público acumula déficit R\$ 939,839 bilhões, ou 7,91% do PIB. O resultado nominal é levado em conta pelas agências de classificação de risco ao analisar o endividamento de um país, indicador observado por investidores.

DÍVIDA PÚBLICA

A dívida líquida do setor público - balanço entre o total de créditos e débitos dos governos federal, estaduais e municipais - chegou a R\$ 7,296 trilhões em fevereiro, o que corresponde a 61,4% do PIB. Em janeiro, o percentual da dívida líquida em relação ao PIB estava em 61,1% (R\$ 7,220 trilhões).

No mês de fevereiro deste ano, a dívida bruta do governo geral (DBGG) - que contabiliza apenas os passivos dos governos federal, estaduais e municipais - chegou a R\$ 9,045 trilhões ou 76,2%, com aumento em relação ao mês anterior, em termos de percentual do PIB (R\$ 8,939 trilhões ou 75,7% do PIB). Assim como o resultado nominal, a dívida bruta é usada para traçar comparações internacionais.

FAZENDA

Governo prepara medida para criar crédito barato para trabalhador

LETYCIA BOND/ABRASIL

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que o governo pretende lançar uma medida para facilitar o acesso do trabalhador a crédito concedido com juros baixos. A informação foi feita durante a abertura do 100º Encontro Internacional da Indústria da Construção (Enic), em São Paulo.

"Sem querer antecipar medidas, mas estamos construindo uma solução muito elegante, que preserva o direito do trabalhador a crédito barato, isso é um direito do cidadão, mas, ao mesmo tempo, reserva o esto-

que de poupança para fomentar o investimento", afirmou.

"Estamos encontrando esse caminho, construindo juntos, e penso que vamos ter boas novas a divulgar brevemente, no sentido de buscar esse equilíbrio entre a poupança nacional em proveito do investimento e aquilo que é direito das pessoas que, eventualmente, têm acesso a uma linha de crédito mais barata, porque há vários imprevistos e anseios de consumo que têm que ser suportados por linhas de crédito adequadas", acrescentou.

Haddad ainda pontuou que, por mais que as equipes do go-

verno sejam qualificadas, nem sempre "conhecem toda a realidade". Ele completou a fala com uma menção ao rebuliço causado pelo anúncio do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, quanto às novas regras tarifárias que deseja aplicar a outros países.

"E tem coisas que ainda estão na mesa para a gente negociar, que a gente sabe que tem que calibrar, sobretudo, alguns desafios externos que foram colocados desde a semana e vamos tentar, juntos, enfrentá-los."

Também participaram da abertura do evento o presidente da República, Luiz Inácio Lula

da Silva, e os ministros Rui Costa, da Casa Civil, Jader Barbalho Filho, das Cidades, e o presidente do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso. Na comitiva de autoridades convidadas, estavam, ainda, o advogado-geral da União, Jorge Messias, e o presidente da Caixa, Carlos Vieira.

O Enic é realizado no âmbito da Feicon, feira do setor da construção civil, que, este ano, está sendo realizada no São Paulo Expo, até a próxima sexta-feira. Com mais de 1 mil marcas expositoras, são esperados mais de 100 mil visitantes nos quatro dias do encontro.

HUBS LOGÍSTICOS

Costa Filho mira R\$ 12 bi privados em programa para transformar aeroportos

LUIZ ARAÚJO/AE

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, disse ontem, que o governo lançará, entre junho e julho deste ano, um programa para consolidar os aeroportos como hubs logísticos. Os investimentos necessários serão feitos pela iniciativa privada, afirmou.

Segundo Costa Filho, a ini-

ciativa do governo tem potencial de atrair até R\$ 12 bilhões.

Nomeado "Investe Mais Aeroportos", o programa terá um plano de ação para apoiar que as atuais concessionárias busquem os investimentos para obras que priorizem o transporte de cargas.

"Os aeroportos se tornaram grandes agentes de desenvolvimento regional. Hoje são hubs

logísticos", disse o ministro.

O programa foi anunciado pelo ministro durante audiência no Senado sobre as entregas e o plano de gestão da pasta de Portos e Aeroportos. Em 2024, foram R\$ 3,2 bilhões em investimentos nos aeroportos. Para 2025, estão previstos R\$ 3,4 bilhões, sendo R\$ 2,3 bilhões privados e R\$ 1,1 bilhão públicos.

Nos próximos dois anos, o

governo federal vai entregar 66 obras no setor aeroportuário, entre elas a modernização e ampliação do Aeroporto de Congonhas, o segundo maior em movimentação do País.

Costa Filho também citou o avanço do AmpliAR, programa que prevê transferir a gestão de até 51 aeroportos regionais para as concessionárias que já operam nos grandes aeroportos.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE



Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A.

CNPJ Nº 03.538.572/0001-17 (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstrações Financeiras Resumidas 31 de dezembro de 2024 (conforme Parecer de Orientação da CVM nº 39 de 16/12/2021)

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas, incluindo o relatório da administração, relatório do auditor independente, parecer do conselho fiscal, e o relatório do comitê de auditoria estatutário do conglomerado Petrobras, estão disponíveis nos

seguintes endereços eletrônicos:

a) <https://www.gov.br/centraldebalancos/#/demonstracoes>

b) <https://pben.com.br/institucional/relatorios-anuais-e-informacoes-financeiras>

c) <https://diarioadacionista.com.br/>

Balanco Patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2024	2023		2024	2023
Ativo			Passivo		
Caixa e equivalentes de caixa	30	12	Fornecedores	11.986	10.748
Contas a receber, líquidas	14.582	13.729	Arrendamentos	41	38
Contas a receber - FIDC	81.948	60.577	Imposto de renda e contribuição social	5.445	3.266
Imposto de renda e contribuição social	3	189	Impostos e contribuições	578	676
Impostos e contribuições	867	852	Dividendos propostos	5.655	-
Ativo Circulante	97.430	75.359	Benefícios a empregados	805	-
Depósitos judiciais	102	89	Outros passivos	-	5
Imposto de renda e contribuição social	1.408	5.849	Passivo circulante	24.510	14.733
Imposto de renda e contribuição social diferidos	626	386	Arrendamentos	139	157
Impostos e contribuições	-	790	Passivo não circulante	139	157
Ativo realizável a longo prazo	2.136	7.114	Passivo circulante e não circulante	24.649	14.890
Investimentos	1.505	1.106	Capital social realizado	57.432	57.432
Imobilizado	146	165	Reservas de lucros	19.094	11.779
Ativo não circulante	3.787	8.385	Outros resultados abrangentes	42	(357)
Total do ativo	101.217	83.744	Patrimônio líquido	76.568	68.854
			Total do passivo	101.217	83.744

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Capital social realizado	Outros resultados abrangentes	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Legal	Dividendos adicionais propostos			
Saldos em 1º de janeiro de 2023	1.501.742	(431)	-	-	(1.444.310)	57.001	
Redução de capital	(1.444.310)	-	-	-	1.444.310	-	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	18.794	18.794	
Mudança no valor justo do investimento	-	74	-	-	-	74	
Destinações:	-	-	-	-	-	-	
Apropriação do lucro líquido em reservas	-	-	940	-	(940)	-	
Dividendos intermediários pagos de 2023	-	-	-	-	(7.009)	(7.009)	
Atualização monetária sobre dividendos intermediários	-	-	-	-	(6)	(6)	
Dividendos	-	-	-	10.839	(10.839)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	57.432	(357)	940	10.839	-	68.854	
Saldos em 1º de janeiro de 2024	57.432	(357)	940	10.839	-	68.854	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	23.809	23.809	
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	(10.839)	-	(10.839)	
Mudança no valor justo do investimento	-	399	-	-	-	399	
Destinações:	-	-	-	-	-	-	
Apropriação do lucro líquido em reservas	-	-	1.190	-	(1.190)	-	
Dividendos	-	-	-	16.964	(22.619)	(5.655)	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	57.432	42	2.130	16.964	-	76.568	

Demonstração de Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2024	2023
Receita de venda de energia	157.193	131.854
Custo de energia vendida	(119.765)	(107.117)
Lucro bruto	37.428	24.737
Receitas (Despesas)		
Vendas	14	(33)
Gerais e administrativas	(6.760)	(3.224)
Tributárias	(328)	(335)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(716)	31
	(7.790)	(3.561)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro	29.638	21.176
Resultado financeiro líquido	6.263	6.957
Receitas financeiras	6.612	6.141
Despesas financeiras	(68)	(39)
Variações monetárias, líquidas	(281)	855
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	35.901	28.133
Imposto de renda e contribuição social	(12.092)	(9.339)
Lucro líquido do exercício	23.809	18.794
Lucro líquido básico e diluído por ação (em R\$)	0.41455	0.32724

Demonstração dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	23.809	18.794
Mudança no valor justo do investimento	399	74
Outros resultados abrangentes	399	74
Resultado abrangente total	24.208	18.868

Demonstração do Valor Adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2024	2023
Receitas	173.229	145.261
Insumos adquiridos de terceiros	(136.548)	(111.077)
Valor adicionado bruto	36.681	34.184
Depreciação	(24)	(22)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	36.657	34.162
Valor adicionado recebido em transferência	6.829	6.930
Valor adicionado total a distribuir	43.486	41.092
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e administradores	2.948	-
Tributos	16.163	22.325
Instituições financeiras e fornecedores	566	(27)
Acionistas	23.809	18.794
Valor adicionado total distribuído	43.486	41.092

Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2024	2023
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	26.067	12.308
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos	(14.781)	(54.505)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos	(11.268)	(7.050)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	18	(49.247)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12	49.259
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	30	12

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1.A companhia e suas operações

A Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. ("PBEN-P" ou a "companhia"), iniciou suas atividades como sociedade por quotas de responsabilidade limitada; constituída em 22 de novembro de 1999, com sede na cidade do Rio de Janeiro – RJ, com objeto social de participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista.

Em Assembleia Geral Extraordinária nº 08/2021, foram alterados a razão social de 5283 Participações S.A para Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. (PBEN-P), e o objeto social para constar que "A Sociedade tem por objeto, observados os preceitos normativos, legais e constitucionais: (i) o comércio, a importação e a exportação de gás natural, energia elétrica e de vapor d'água, bem como de produtos das indústrias de gás natural, de geração e cogeração de energia elétrica em geral; (ii) a prestação de serviços técnicos e administrativos relacionados com as aludidas atividades; e (iii) a participação no capital de outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista, respeitadas as normas e os regulamentos que lhe forem aplicáveis."

A companhia mantém transações relevantes com a Controladora Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, assim como com a Petrobras Transporte S.A. - Transpetro, controlada da PETROBRAS, e segue o Plano de Negócios da controladora na condução de suas operações. Portanto, estas Demonstrações financeiras intermediárias devem ser lidas neste contexto.

2.Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes com maior nível de complexidade estão divulgados na nota explicativa 4.

A Diretoria Executiva da companhia, em reunião realizada em 26 de fevereiro de 2025, autorizou a divulgação dessas demonstrações financeiras.

2.1. Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado - DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, sendo apresentada como informação adicional.

2.2.Moeda funcional

A moeda funcional da companhia é o Real, que é a moeda de seu ambiente econômico de operação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.Práticas contábeis materiais

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas

aplicações, disponíveis nas demonstrações financeiras completas, conforme lista a seguir:

- Contas a receber
- Investimentos
- Imobilizado
- Arrendamentos
- Tributos – Imposto de Renda e Contribuição Social
- Benefícios a empregados - Remuneração variável
- Patrimônio líquido – Remuneração aos acionistas da PBEN-P
- Receita de venda de energia
- Processos judiciais e contingências

4.Estimativas contábeis e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações. A seguir são apresentadas as principais fontes de incerteza com risco significativo de causar ajustes materiais em estimativas contábeis da companhia ao longo do próximo exercício social.

4.1.Fontes de incertezas em provisões para processos judiciais e contingências

A companhia é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões fiscais e trabalhistas decorrentes do curso normal de suas operações e considera estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres e avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a companhia, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração da probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 17 das demonstrações financeiras completas.

4.2.Fontes de incertezas nas perdas de crédito esperadas de ativos financeiros

Perdas de crédito correspondem à diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à entidade e todos os fluxos de caixa que a entidade espera receber, descontados à taxa de juros efetiva original. A perda de crédito esperada (PCE) de um ativo financeiro corresponde à média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações.

A provisão de perdas de crédito esperadas para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, além de informações sobre atrasos nos pagamentos e avaliações do instrumento financeiro com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

5.Novos pronunciamentos contábeis

5.1. International Accounting Standards Board (IASB)

A companhia é regida pelos regulamentos publicados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que emite pronunciamentos, revisões de pronunciamentos e interpretações análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. Os principais normativos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor até 31 de dezembro de 2024 são:



Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A.

CNPJ Nº 03.538.572/0001-17 (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)



Norma	Descrição	Data de vigência e disposição transitória
Lack of Exchangeability - Amendments to IAS 21	As emendas estabelecem que quando uma moeda não for conversível por outra na data da mensuração, a taxa de câmbio à vista deve ser estimada. Adicionalmente, as emendas orientam sobre como avaliar a conversibilidade entre moedas e como determinar a taxa de câmbio à vista quando da ausência da conversibilidade.	1º de janeiro de 2025 com regras de transição específicas.
Annual Improvements – Volume 11	Quando a taxa de câmbio à vista for estimada porque uma moeda não é conversível por outra moeda, devem ser divulgadas informações que permitam entender como a moeda não conversível por outra moeda afeta, ou se espera que afete, a demonstração do resultado, o balanço patrimonial e a demonstração dos fluxos de caixa.	1º de janeiro de 2026 com regras de transição específicas
Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments - Amendments to IFRS 9 and IFRS 7	As emendas alteram pontualmente requerimentos relacionados aos seguintes temas e normativos: preço de transação e desreconhecimento de passivos de arrendamentos (IFRS 9 Financial Instruments); método de custo (IAS 7 Statement of Cash Flows); ganho ou perda no desreconhecimento divulgação da diferença diferida entre o valor justo e o preço da transação, e divulgação do risco de crédito (IFRS 7 Financial Instruments: Disclosures); determinação de um 'agente de facto' (IFRS 10 Consolidated Financial Statements); e contabilização de hedge para um adotante pela primeira vez (IFRS 1 First-Time Adoption of International Financial Reporting Standards).	1º de janeiro de 2026 aplicação retrospectiva com regras de transição específicas
Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments - Amendments to IFRS 9 and IFRS 7	De forma geral, as emendas às IFRS 9 trazem esclarecimentos sobre: avaliação dos fluxos de caixa contratuais para classificação de ativos; ativos financeiros non-recourse e instrumentos contratualmente vinculados.	1º de janeiro de 2026 aplicação retrospectiva com regras de transição específicas
Contracts Referencing Nature-dependent Electricity - Amendments to IFRS 9 and IFRS 7	Adicionalmente, as emendas à IFRS 9 trazem esclarecimentos quanto à data do reconhecimento inicial ou desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros, e a possibilidade de desreconhecer passivos financeiros que serão liquidados em caixa por meio de um sistema eletrônico de pagamento, antes da data da liquidação, desde que determinados critérios sejam atendidos.	1º de janeiro de 2026 aplicação retrospectiva com regras de transição específicas
IFRS 18 - Presentation and Disclosure in Financial Statements	Já as emendas à IFRS 7 trazem novos requerimentos de divulgação. As emendas promovem alterações nas IFRS 9 e IFRS 7 para fins de reporte de contratos de eletricidade relacionados à natureza. Tais emendas incluem: esclarecimento sobre aplicação dos requerimentos own-use; permissão da utilização da contabilização de hedge se esses contratos forem utilizados como instrumentos de hedge; e requerimentos adicionais de divulgação.	1º de janeiro de 2026 aplicação retrospectiva com regras de transição específicas
IFRS 18 - Presentation and Disclosure in Financial Statements	A IFRS 18 estabelece novos requerimentos para a apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, em substituição à IAS 1 - Presentation of Financial Statements. Entre outros, foram incluídos novos requerimentos sobre: a. Apresentação da demonstração do resultado, incluindo a obrigação de classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas; b. Divulgação de medidas de desempenho definidas pela gestão; c. Orientação sobre agregação ou desagregação de informações; e d. Novos requerimentos de divulgação.	1º de janeiro de 2027 aplicação retrospectiva com regras de transição específicas
IFRS 19 - Subsidiaries without Public Accountability: Disclosures	Adicionalmente, foram feitas determinadas alterações em outros normativos, incluindo requerimentos contábeis que tratam da demonstração do fluxo de caixa. Nesse último, entre outras modificações, foi removida a opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.	1º de janeiro de 2027 com regras de transição específicas
IFRS 19 - Subsidiaries without Public Accountability: Disclosures	A IFRS 19 é uma norma de aplicação voluntária que permite que entidades elegíveis forneçam divulgações reduzidas ao aplicar os padrões contábeis IFRS em suas demonstrações financeiras.	1º de janeiro de 2027 com regras de transição específicas

Em relação ao normativo em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

Quanto aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

5.2. Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC

A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2024, bem como os IFRS equivalentes:

Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto – CPC 18 (R3)*	IAS 28 Investments in Associates and Joint Ventures	1º de janeiro de 2025
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27	Amendments to IAS 21 (Lack of Exchangeability)	1º de janeiro de 2025
Interpretação Técnica ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial ICPC 09 (R3)**	Sem equivalência às IFRS	1º de janeiro de 2025
Orientação Técnica OCPC 10 – Créditos de Carbono, Permissões de Emissões (allowances) e Créditos de Descarbonização (CBIO) (OCPC 10)	Sem equivalência às IFRS	1º de janeiro de 2025

* Emitido em substituição ao CPC 18 (R2)
** Emitido em substituição ao ICPC 09 (R2)

Relatório do Auditor Independente Resumido

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente nos endereços listados abaixo. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda. em 26 de fevereiro de 2025 e opina que as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

<https://www.gov.br/centraldebalancos/#/demonstracoes>

<https://pben.com.br/institucional/relatorios-anuais-e-informacoes-financeiras>

<https://diariodoacionista.com.br/>

Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras – Exercício Social 2024

O referido Relatório, foi emitido em 21 de fevereiro de 2025, e declara que não foi identificada nenhuma situação de divergência significativa entre a Administração, os Auditores Independentes da KPMG e o próprio Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. O Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras sobre as atividades realizadas de assessoramento ao Conselho de Administração, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, está disponível nos endereços listados abaixo:

DIRETORIA EXECUTIVA

RODRIGO PIMENTEL FERREIRA LEÃO
Diretor Presidente

MARCELO DE ANDRADE
Diretor Técnico Comercial

GUSTAVO CESAR COTRIM CORREA DA COSTA
Diretor Administrativo

Manifestação do Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras (“CAECO”)

Informamos que o CAECO, em sua 168ª reunião, realizada em 21 de fevereiro de 2025, no âmbito da apresentação da pauta “DFINRI/Contabilidade, DTEN/GITE, PBEN-P, Auditoria Independente, Jurídico e Presidente do Conselho Fiscal da Sociedade – Principais Resultados, Contingências Jurídicas e Aspectos Gerais da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Financeiras da Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. (PBEN-P) – Exercício 2024”, emitiu a seguinte manifestação:

20) DFINRI/CONTABILIDADE, DTEN/GITE, PBEN-P, Auditoria Independente, Jurídico e Presidente do Conselho Fiscal da Sociedade – Principais Resultados, Contingências Jurídicas e Aspectos Gerais da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Financeiras da Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. (PBEN-P) – Exercício 2024

Os efeitos esperados da aplicação inicial referente aos normativos listados acima são os mesmos que foram apresentados para os respectivos normativos emitidos pelo IASB apresentados no item 5.1.

Em relação as normas que entraram em vigor em 2024, não tivemos impactos nas demonstrações financeiras da companhia.

6. Destinação do resultado e remuneração aos acionistas

A destinação do lucro líquido do exercício e os dividendos propostos são demonstrados a seguir:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da PBEN-P	23.809	18.794
Destinação do lucro líquido:		
Reserva legal	1.190	940
Reserva de retenção de lucro	-	-
Dividendos propostos do lucro líquido	22.619	17.854
Total da destinação do lucro líquido	23.809	17.854
Dividendos propostos do lucro líquido:		
Dividendos mínimos obrigatórios	5.655	-
Dividendos intermediários imputados aos dividendos mínimos obrigatórios	-	7.015
Dividendos adicionais da parcela remanescente do lucro líquido	16.964	10.839
Dividendos propostos do lucro líquido	22.619	17.854

6.1. Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

6.2. Remuneração aos acionistas da PBEN-P

A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JCP) com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da companhia.

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateados pelas ações em que se dividir o capital da companhia. O estatuto social prevê que os acionistas poderão aprovar dividendos adicionais ao mínimo obrigatório.

Dividendos propostos relativos ao exercício de 2024

A proposta de dividendos registrada nas demonstrações financeiras da companhia, sujeita à aprovação na AGO, é a seguinte:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício atribuível ao acionista da PBEN-P	23.809	18.794
Apropriação:		
Reserva legal	(1.190)	(940)
Lucro líquido ajustado	22.619	17.854
Dividendos mínimos obrigatórios, equivalentes a 25%:	5.655	-
Dividendos intermediários	-	7.015
Dividendos adicionais da parcela remanescente do lucro líquido	16.964	10.839
Total de dividendos propostos	22.619	17.854

A proposta de dividendos do exercício de 2024 a ser encaminhada à aprovação da AGO de 2025, no montante de R\$ 22.619, contempla os dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 5.655, além dos dividendos adicionais de R\$ 16.964, oriundos da parcela remanescente do lucro líquido do exercício.

Dividendos relativos ao exercício de 2023

Em 30 de abril de 2024, a Assembleia Geral Ordinária (AGO) aprovou os dividendos relativos ao exercício de 2023, no valor de R\$ 17.854. Esse valor inclui as antecipações de remuneração aos acionistas, atualizadas monetariamente pela variação da taxa Selic desde a data do pagamento até 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 7.015, e o dividendo complementar de R\$ 10.839 que, em 31 de dezembro de 2023, estava destacado no patrimônio líquido como dividendo adicional proposto.

Dividendos a pagar

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de dividendos a pagar à acionista controladora é de R\$ 5.655, conforme demonstrado na movimentação abaixo.

	2024	2023
Movimentação dos dividendos a pagar		
Saldo inicial	-	-
Dividendos adicionais propostos aprovados na AGO	10.839	-
Dividendos mínimos obrigatórios	5.655	-
Adição por deliberação da Diretoria (antecipação)	-	7.015
Atualização monetária	498	(6)
Pagamento	(11.224)	(7.009)
IRRF sobre a atualização monetária	(113)	-
Saldo final	5.655	-

6.3. Resultado por ação

	2024	2023
Lucro do período atribuível aos acionistas	23.809	18.794
Quantidade de ações	57.432.182	57.432.182
Lucro básico e diluído por ação ordinária (R\$ por ação)	0,41455	0,32724

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro do exercício atribuído aos acionistas da companhia pela média ponderada da quantidade de ações.

Os resultados apurados básico e diluído, apresentam o mesmo valor por ação em virtude da companhia não possuir ações potenciais com efeito de diluição.

Parecer do Conselho Fiscal – 2024

O parecer do Conselho Fiscal foi emitido em 21 de março de 2025 e opina que os documentos apresentados estão em condições de serem deliberados pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações. O referido parecer está disponível nos endereços listados abaixo

<https://www.gov.br/centraldebalancos/#/demonstracoes>

<https://pben.com.br/institucional/relatorios-anuais-e-informacoes-financeiras>

<https://www.gov.br/centraldebalancos/#/demonstracoes>

<https://pben.com.br/institucional/relatorios-anuais-e-informacoes-financeiras>

Diário do
Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21)

99122-4278

publicidade@diariodoacionista.com.br

BANCO CENTRAL

Brasileiros sacaram R\$ 258 milhões em valores a receber

ANDREIA VERDÉLIO/BRASIL

Os brasileiros sacaram R\$ 258 milhões em valores esquecidos no sistema financeiro em fevereiro, divulgou ontem o Banco Central (BC). Embora o dinheiro do Sistema de Valores a Receber (SVR) tenha sido transferido ao Tesouro Nacional em outubro do ano passado, os saques podem ocorrer por meio de ações judiciais, até que o Tesouro publique um edital com as novas regras para a retirada.

Os saques na Justiça continuam até o próximo dia 17, quando acaba o prazo de seis meses dado pelo Tesouro para que os brasileiros retirem os recursos. A partir dessa data, os valores não sacados serão incorporados à conta do Tesouro.

Em relação ao estoque de valores esquecidos, até o fim de fevereiro, os brasileiros não tinham sacado R\$ 9,024 bilhões em recur-

das pelo BC. Em relação ao número de beneficiários, até o fim de fevereiro, 29.089.140 correntistas haviam resgatado valores. Por outro lado, 50.670.596 beneficiários ainda não sacaram seus recursos.

das pelo BC.

Entre os que retiraram valores até o fim de fevereiro, 26.556.168 são pessoas físicas e 2.532.972, pessoas jurídicas. Entre os que ainda não fizeram o resgate, 46.405.042 são pessoas físicas e 4.265.554, pessoas jurídicas.

VALORES

A maior parte das pessoas e empresas que não fizeram o saque têm direito a pequenas quantias. Os valores a receber de até R\$ 10 concentram 63,97% dos beneficiários. Os valores entre R\$ 10,01 e R\$ 100 correspondem a 24,7% dos correntistas. As quantias entre R\$ 100,01 e R\$ 1 mil representam 9,61% dos clientes. Só 1,71% tem direito a

receber mais de R\$ 1 mil.

SISTEMA

Depois de ficar fora do ar por quase um ano, o SVR foi reaberto em março de 2023, com novas fontes de recursos, um novo sistema de agendamento e a possibilidade de resgate de valores de pessoas falecidas. Os saques por meio do sistema do BC foram interrompidos após a transferência dos valores esquecidos para o Tesouro Nacional.

O repasse ao Tesouro ocorreu para compensar a prorrogação da desoneração da folha de pagamento até 2027. Os cerca de R\$ 9 bilhões comporão os R\$ 55 bilhões que entrarão no caixa do governo para custear a extensão do benefício, mas a decisão caberá ao Supremo Tribunal Federal (STF), que julgará uma ação que questiona a constitucionalidade da devolução ao Tesouro.

MEDIDAS

Haddad nega intenção de estimular atividade com consignado e IR

EDUARDO LAGUNA, FRANCISCO CARLOS DE ASSIS E DANIEL TOZZI MENDES/AE

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem, que as medidas anunciadas neste ano pelo governo - isenção do imposto de renda, consignado privado e liberação do saldo retido do FGTS - não foram formuladas para estimular a atividade econômica.

"Em nenhum momento pensamos em arrecadar mais ou menos, ou fazer mais estímulos", afirmou o ministro durante participação em fórum do Bradesco BBI. Haddad frisou que o bloqueio do FGTS a demitidos que aderiram ao saque-aniversário não era justo, e poderia ser facilmente contestado na Justiça. Já o crédito consignado a trabalhadores do setor privado, explicou, vai evitar o super endividamento no momento de alta dos juros. Se o consignado privado reduzir os juros de 5% para 2,5% ao mês, assinalou, os bancos vão continuar ganhando.

Por fim, concluiu Haddad, a

ampliação da faixa de isenção do imposto de renda para salários de até R\$ 5 mil foi uma promessa de campanha não só do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas também de seu antecessor, o ex-presidente Jair Bolsonaro.

O ministro disse que o projeto de isenção enviado pelo Executivo é neutro do ponto de vista fiscal, vale apenas a partir do ano que vem e beneficia 15 milhões de brasileiros a partir da cobrança de 141 mil pessoas - menos de 1% da população - que atualmente não pagam imposto de renda. "Não consigo enxergar projeto mais justo que esse."

Haddad também ressaltou que o governo tem buscado alternativas para que investidores e consumidores tenham acesso a crédito mais "moderno, transparente e competitivo". Após revelar, em evento pela manhã da indústria de construção, que o governo prepara nova medida para baratear o crédito, o ministro disse que a Fazenda está tomando providências para manter os fundos de financiamento da habitação.

DIEESE

Custo da cesta básica sobe em 14 capitais brasileiras em março

ELAINE PATRICIA CRUZ/BRASIL

Apenas três capitais brasileiras não apresentaram aumento no custo médio da cesta básica no mês de março. Das 17 capitais analisadas pela Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, somente Aracaju (-1,89%), Natal (-1,87%) e João Pessoa (-1,19%) apresentaram redução no custo médio da cesta.

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), responsável pela pesquisa, as maiores elevações observadas no mês de março ocorreram nas

capitais da Região Sul do país: Curitiba (3,61%), Florianópolis (3%) e Porto Alegre (2,85%).

Entre os maiores vilões para o aumento da cesta no mês passado estão o café, que subiu em todas as capitais analisadas, o tomate e o leite integral. Por outro lado, o preço do quilo da carne bovina de primeira caiu em 15 capitais, com exceção de João Pessoa e do Recife.

A cesta básica mais cara do país continua a ser a de São Paulo, onde o custo médio chegou a R\$ 880,72. Em seguida vêm Rio de Janeiro (R\$ 835,50), Florianópolis (R\$ 831,92) e Porto Alegre (R\$ 791,64).

Já a cesta mais barata foi observada nas capitais das regiões Norte e Nordeste do país, onde a composição de produtos é diferente. Os menores valores mé-

dios foram encontrados em Aracaju (R\$ 569,48), João Pessoa (R\$ 626,89), no Recife (R\$ 627,14) e em Salvador (R\$ 633,58).

CEL PARTICIPAÇÕES S/A - CELPAR

CNPJ nº 02.201.787/0001-85

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 30 de abril de 2025 em sua sede social à Rua Maria Angélica, 310 - parte - Jardim Botânico - Rio de Janeiro - RJ, às 15:00 horas, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Aprovação das demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31/12/2024; b) Deliberação sobre o resultado do exercício; c) Eleição da diretoria; d) fixação dos honorários da diretoria; e e) Assuntos gerais. Rio de Janeiro, 04 de abril de 2025. A Administração

BETAPART PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 02.762.124/0001-30 - NIRE: 33.3.0026109-5

COMPANHIA ABERTA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA. Ficam os senhores acionistas da Companhia convocados, na forma do Estatuto Social da Companhia, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a realizar-se no dia 30 de abril de 2025, às 08:30 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Antônio Carlos, nº 51, 10º andar (parte), Centro, para: a) em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) destinar o resultado apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, e (b) em Assembleia Geral Extraordinária: (i) fixar o montante global da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social de 2025. Os acionistas que desejarem ser representados por procurador deverão depositar os respectivos instrumentos de mandato na sede social Companhia até 2 dias úteis antecedentes à data de realização da Assembleia, sendo que o acionista residente e domiciliado no exterior que for representado por mandatário deverá comprovar a observância do disposto no art. 119 da Lei nº 6.404/76 e demais disposições legais aplicáveis. Os acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas que desejarem participar da Assembleia deverão apresentar extrato emitido em até 2 dias úteis antecedentes à data de realização da Assembleia, contendo a respectiva posição acionária, fornecida pelo órgão custodiante. Os acionistas poderão também votar através do Boletim de Voto à Distância disponibilizado através do site da B3, seguindo as instruções de preenchimento e envio do mesmo. Rio de Janeiro, 9 de abril de 2024. Maria Amalia Delfim de Melo Coutrim. Presidente do Conselho de Administração.

LICEU FRANCO BRASILEIRO S.A.

CNPJ nº 33.547.449/0001-23

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 30 de abril de 2025 em sua sede social à Rua das Laranjeiras, 5/11/13/15, Laranjeiras - Rio de Janeiro - RJ - às 10:00 horas, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Aprovação das demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31/12/2024; b) Deliberação sobre o resultado do exercício; c) Eleição da diretoria; d) Fixação dos honorários da diretoria; e e) Assuntos gerais. Rio de Janeiro, 04 de abril de 2025. A Administração.

Smart RJ Concessionária de Iluminação Pública SPE S.A.

CNPJ/MF nº 36.125.692/0001-41 - NIRE 33.300.333.444

Anúncio de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam os senhores acionistas da Smart RJ Concessionária de Iluminação Pública SPE S.A. ("Companhia") convocados para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, em 14 de abril de 2025, às 10:00 horas, em primeira convocação, e às 11:00 horas, em segunda convocação, a ser realizada por vídeo conferência em plataforma digital, por meio de link a ser indicado e informado aos acionistas mediante solicitação via e-mail: gilberto@arcsinalizacao.com.br para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: a) aprovar a eleição de novos membros do Conselho de Administração da Companhia; b) aprovar a alteração do Estatuto Social da Companhia no que diz respeito às regras de convocação para Assembleias Gerais da Companhia, de forma a permitir que qualquer membro do Conselho de Administração possa convocar Assembleias Gerais, observados os prazos referidos sob a lei aplicável e sob o Estatuto Social da Companhia; e c) autorizar os administradores e/ou procuradores da Companhia a assinarem todos os documentos e praticarem todos os atos que venham a ser necessários para a implementação dos atos aprovados. Instruções Gerais: Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano e a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, conteúdo do reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja advogado ou, acionista ou administrador da Companhia (artigo 126, §1º da Lei das S.A. e artigo 654, §1º e §2º do Código Civil). Nos termos do artigo 135, §3º da Lei da S.A., os documentos e informações pertinentes às matérias a serem deliberadas estão à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Rio de Janeiro, 5 de abril de 2025. Gilberto Andrade Farias - Membro do Conselho de Administração; Marcelo de Sampaio Doria - Membro do Conselho de Administração. (05, 08 e 09/04/2025)

ALLCARE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 19.841.730/0001-43

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2024 (Em Milhares de Reais)

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)				Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)							
Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo	Controladora		Consolidado			
	2024	2023	2024	2023		2024	2023	2024	2023		
Ativo circulante					Passivo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	43	88	34.281	23.766	Débito de operações de assistência à saúde	-	-	29.883	61.413		
Créditos a receber de clientes	-	-	28.906	28.633	Fornecedores	-	-	12.083	10.633		
Impostos a recuperar	745	756	6.426	7.024	Obrigações com pessoal	8	8	16.880	14.609		
Bens e títulos a receber	-	-	11.773	36.662	Impostos e contribuições a recolher	2	-	6.587	6.231		
Despesas antecipadas	19	-	74	-	Parcelamentos de tributos e contribuições	-	-	2.091	3.137		
Total do ativo circulante	807	844	81.460	96.085	Arrendamento	-	-	2.008	1.753		
Ativo não circulante					Empréstimos e financiamentos	11.519	4.370	12.902	4.797		
Depósitos judiciais	-	-	5.155	4.150	Partes relacionadas	-	22.753	-	22.753		
Imposto diferido ativo	-	-	1.360	709	Outras contas a pagar	-	-	275	531		
Investimentos	73.323	68.760	-	-	Total do passivo circulante	11.529	27.131	82.709	125.857		
Imobilizado	3	10	8.439	9.829	Passivo não circulante						
Intangível	34.899	34.899	92.685	104.281	Parcelamentos de tributos e contribuições	-	-	1.123	2.904		
Total do ativo não circulante	108.225	103.669	107.640	118.969	Arrendamento	-	-	676	2.337		
Total do ativo	109.032	104.513	189.100	215.054	Empréstimos e financiamentos	12.931	1.950	13.005	2.588		
					Provisão para contingências	-	-	2.714	2.088		
					Imposto diferido passivo	-	-	4.301	3.848		
					Total do passivo não circulante	12.931	1.950	21.819	13.765		
					Patrimônio líquido						
					Capital social	179.576	179.576	179.576	179.576		
					Prejuízos acumulados	(95.004)	(104.144)	(95.004)	(104.144)		
					Total do patrimônio líquido	84.572	75.432	84.572	75.432		
					Total do passivo e do patrimônio líquido	109.032	104.513	189.100	215.054		
					Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)						
					Saldos em 31/12/2022	179.576		(134.078)	45.498		
					Lucro líquido do exercício	-	-	29.934	29.934		
					Saldos em 31/12/2023	179.576		(104.144)	75.432		
					Lucro líquido do exercício	-	-	9.140	9.140		
					Saldos em 31/12/2024	179.576		(95.004)	84.572		
					Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)						
					Controladora	Consolidado	2024	2023	2024	2023	
					Lucro líquido do exercício	9.140	29.934	9.140	29.934	-	-
					Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
					Resultados abrangentes do exercício	9.140	29.934	9.140	29.934	9.140	29.934
					Farias Pereira de Sousa - Presidente						
					Ivan Nassif Souza - Diretor Financeiro						
					Juliana Aparecida Loloanca Barbosa - Contadora Responsável						
					CRC: 1SP321785/O-0						

Este relatório foi apresentado de forma resumida. O relatório completo bem como o parecer dos auditores independentes, encontra-se a disposição dos investidores na sede da companhia.

INTERIOR

Casal dono de escola é achado morto em sítio da família

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

O casal encontrado morto com marcas de tiros em seu sítio, na serra de São Pedro, era conhecido em Araraquara, no interior de São Paulo, onde residia. Os empresários José Eduardo Ometto Pavan, de 69 anos, e Rosana Ferrari, de 61, eram donos do Educandário da Criança, escola infantil da cidade.

Os corpos foram encontrados na noite de domingo passado, pela Polícia Militar, após vizinhos terem estranhado a caminhonete deles parada em frente à casa sede e nenhum movimento no imóvel. Acionada, a PM fez buscas na casa e achou os corpos trancados no veículo.

O idoso estava na cabine e a mulher na caçamba da caminhonete, com o capô fechado. Ela tinha as mãos amarradas. Os dois tinham marcas de tiros. A polícia trabalha com a hipótese de latrocínio (roubo seguido de morte).

Rosana era diretora do Educandário, que atende alunos do berçário à pré-escola. Ela dirigia a escola desde o final da década de 1990. A unidade de ensino infantil oferecia também aprendizado de idiomas, esportes, artes e cultura.

O Educandário emitiu um comunicado dos falecimentos e nota de pesar pela morte. As aulas foram suspensas até hoje.

Ometto Pavan era proprietário do sítio Pura Vida, no Alto da Serra, município de São Pedro, voltado para a produção de eucalipto e criação de gado de corte, segundo o registro na Receita Federal. Uma parte da propriedade estava arrendada, mas a casa-sede era frequentada pela família. O casal costumava ir ao sítio todo final de semana.

José Eduardo era o filho caçula da família Ometto Pavan, tradicional no ramo açucareiro. Seu pai, Virgílio Pavan, foi um dos sócios da Usina Santa Cruz, atual Usina São Martinho. A família também tinha um pé na política: dois tios de José Eduardo, Antônio Pavan

e Novênio Pavan, foram prefeitos de Américo Brasiliense, cidade da região central do estado.

A prefeitura de Araraquara publicou nota sobre as mortes. "Rosana dedicou sua vida à educação com amor, comprometimento e uma visão que transformou gerações. Seu legado como educadora, gestora e ser humano permanecerá vivo na memória de todos que tiveram o privilégio de aprender com ela - alunos, famílias, colegas e toda a comunidade escolar", diz a postagem.

Amigos também lamentaram. "Rosana foi uma profissional de excelência e de um coração profundamente amoroso. Meu filho teve o privilégio de fazer toda a educação infantil no Educandário e a presença de Rosana era observada em cada detalhe, cada acolhimento e cada ação educativa. Uma profunda tristeza", escreveu Raquel Baraldi Santarelo Lucas.

OBJETOS LEVADOS

De acordo com a PM, a mulher tinha um ferimento de bala no lado esquerdo do peito e José Eduardo tinha duas marcas de tiro na região do peito. O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) de São Pedro esteve no local e confirmou a morte do casal. Os corpos foram levados para o Instituto Médico Legal (IML) de Piracicaba para necropsia e liberados para a família.

A investigação inicial apontou que as carteiras e os celulares das vítimas foram levados pelos suspeitos. Segundo a família, a mulher possuía um modelo caro de celular. A Polícia Científica realizou perícia no veículo e na casa das vítimas. As mortes são investigadas pelo Departamento de Investigações Criminais (Deic) de Piracicaba.

Os corpos de José Eduardo e Rosana estavam sendo velados desde a manhã desta terça-feira, 8, e seriam sepultados no Cemitério São Bento, em Araraquara. Os dois deixam irmãos e sobrinhos.

ACIDENTE

Idosa que voltava da padaria é atropelada por ônibus na Grande SP

FABIO GRELLET/AE

Uma idosa de 78 anos foi atropelada por um ônibus enquanto atravessava a rua numa faixa de pedestres em Cajamar, na Grande São Paulo, na segunda-feira. Ela sobreviveu, mas precisou amputar as duas pernas. O semáforo estava aberto para os carros, segundo a polícia.

O motorista foi preso, também conforme a polícia, e vai responder por lesão corporal culposa (sem intenção) na direção de veículo automotor, que pode ser punido com até dois anos de prisão.

O acidente ocorreu às 6h50. Vilma Rosa Figueiredo tinha saído de casa para comprar pão. Atravessou a Rua das Quaresmeiras, no bairro Jordânia, foi à padaria, comprou os pães, parou na esquina, olhou para os dois lados e começou a atravessar a rua de volta para

casa. Um ônibus da empresa Rápido Luxo Campinas virou a esquina e atingiu a idosa.

Segundo a polícia, o motorista, de 54 anos, desceu do veículo, chamou o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e acompanhou a vítima durante o atendimento.

Na delegacia, ele contou que não viu a mulher, que estava num ponto cego para o ônibus. Ao perceber a colisão, o rapaz prestou o socorro possível. Ele foi detido e a Polícia Civil estipulou o valor da fiança, que o motorista não pagou. Por isso, ele permanecia preso até esta terça-feira, quando estava prevista a realização de audiência de custódia.

Vilma foi encaminhada a uma unidade de saúde em Cajamar, onde recebeu os primeiros socorros, e depois transferida para um hospital estadual em Franco da Rocha, no qual permanece internada.

TRE

Municípios do interior de SP têm novos prefeitos

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

As cidades de Eldorado e Neves Paulista elegeram novos prefeitos no último domingo. Os eleitores de Eldorado deram a vitória ao Professor Noel Castelo (Solidariedade) com 3.092 votos, que representam 41,87% dos válidos, com o vice Professor Joel (União). Ele venceu Doutor Galindo (PSD), que recebeu 2.795 (37,85%), e Dra. Débora (PT), com 1.497 (20,27%). Em Neves Paulista foi eleito Kiko Rossali (PL), com 3.695 votos, 79,24% dos válidos, derrotando Betinho

Milani (PSD), que obteve 968 votos (20,76%). O vice é Hélio Carvalho (Podemos).

Segundo o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP), em Eldorado, 11.006 eleitores estavam aptos a votar. A cidade conta com 50 seções eleitorais distribuídas em 18 locais de votação. Em Neves Paulista, eram 7.084 eleitores aptos a comparecer às 22 seções dos quatro locais de votação.

Em Eldorado a eleição ocorreu porque a candidatura de Elói Fouquet foi indeferida pelo TRE-SP em 2024. Mesmo assim, ele concorreu à prefeitura sub

judice, ao lado do vice Walter Máncio Júnior, e a chapa venceu com 2.422 votos (30,02% dos votos válidos). "A Corte reconheceu a inelegibilidade de Fouquet devido a uma condenação por improbidade administrativa. A sentença apontou prejuízo aos cofres públicos e favorecimento ilícito de terceiros. O caso foi levado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que manteve a decisão em dezembro de 2024".

Em setembro de 2024, a Justiça Eleitoral indeferiu o registro da candidatura de Reginaldo Paulino da Silva a prefeito de

Neves Paulista. Reginaldo foi condenado por crime de furto qualificado privilegiado. A pena foi cumprida em abril de 2020, resultando na inelegibilidade, que impede candidaturas por oito anos após o cumprimento da pena.

"Ele recorreu, mas o TSE negou o pedido em dezembro de 2024, mantendo o indeferimento do registro. Apesar disso, concorreu ao cargo de prefeito ao lado do vice Hélio Carvalho, recebendo 2.020 votos (38,55% dos votos válidos) e ficando em primeiro lugar na eleição", afirmou o tribunal.

TENTATIVA DE HOMICÍDIO

Polícia Civil indícia PM que jogou homem de ponte em SP

RENATA OKUMURA/AE

A Polícia Civil do Estado de São Paulo indiciou por tentativa de homicídio o policial militar Luan Felipe Alves Pereira. Durante uma abordagem em dezembro de 2024, ele jogou um homem do alto de uma ponte da cidade de São Paulo. A defesa não foi localizada.

Conforme a Secretaria de Segurança Pública (SSP) do Estado de São Paulo, o inquérito está em fase de conclusão e deverá ser remetido ao Judiciário nos próximos dias.

Pereira, assim como outros seis PMs envolvidos na ocorrência, já havia sido indiciado pela Corregedoria da PM por tentati-

va de homicídio no ano passado. Na ocasião, a defesa dele disse que entendia o indiciamento como "excessivo" e "desproporcional".

RELEMBRE O CASO

Em depoimento à Polícia, Marcelo, que trabalha como manobrista na região dos Jardins e da Avenida Paulista, disse que, na madrugada do dia 2 de dezembro, voltava da casa da namorada de moto quando se deparou com diversos policiais nos arredores da ponte, na Rua Padre Antônio de Gouveia.

O manobrista disse que não ofendeu ninguém e relatou ter afirmado, durante a abordagem, que não era ladrão. Apesar dis-

so, teria sido agredido com golpes de cassetete. Em seguida, ele foi jogado brutalmente da ponte e caiu em um córrego, como mostraram imagens que circularam nas redes sociais à época. Ele disse que caiu de joelhos, por isso não se machucou tanto. Além de Pereira, ao menos outros três policiais aparecem nas imagens.

Na versão dos PMs, o manobrista teria tentado fugir de uma abordagem policial, o que resultou em uma perseguição ao motociclista. Ainda na ocasião, o secretário da Segurança Pública do Estado, Guilherme Derrite, prometeu "severa punição" aos envolvidos.

A corporação afastou 13 poli-

ciais envolvidos na ocorrência. O grupo é do 24.º Batalhão de Polícia Militar (BPM), de Diadema, região metropolitana.

Na segunda-feira passada, policiais da 2ª Central Especializada de Repressão a Crimes e Ocorrências Diversas (Cerco) realizaram a oitiva do policial que permanece detido no Presídio Militar Romão Gomes (PMRG), na zona norte de São Paulo.

Outros doze policiais seguem afastados das atividades operacionais. O Inquérito Policial Militar (IPM) já foi concluído e encaminhado à Justiça Militar, enquanto um procedimento disciplinar permanece em tramitação.

HABITAÇÃO

SP libera quase R\$ 1 bi para novas moradias em parceria com a Caixa

Governo de São Paulo autorizou, na segunda-feira passada, o investimento de quase R\$ 1 bilhão para prover 30 mil novas moradias do programa habitacional Casa Paulista em parceria com a Caixa Econômica Federal. Dentre os recursos, a previsão é de mais de R\$ 600 milhões para viabilizar empreendimentos do Minha Casa Minha Vida no estado, por meio das modalidades Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). Outros R\$ 300 milhões serão investidos via Carta de Crédito Imobiliário, subsídio do Casa Paulista nos financiamentos da Caixa via Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

"Hoje estamos dando um passo em direção ao cumprimento de nossas metas que é estabelecer de forma inequívoca a aliança entre o Minha Casa, Minha Vida, esse programa consagrado, com o Casa Paulista. Essa aliança vai permitir alcançar muito mais pessoas. O Casa Paulista tem permitido diminuir a faixa de renda das pessoas atendidas, são pessoas que têm em média renda de um ou dois salários mínimos. Também estamos retirando pessoas de áreas de risco, de encostas de morros ou áreas de várzeas. A parceria vai trazer resultado e quem ganha é o cidadão que está esperando a realização do sonho da casa própria", afirmou o governador Tarcísio de Freitas.

A cerimônia reuniu o ministro das Cidades, Jader Filho (foto), o presidente da Alesp, André do Prado; o presidente da Caixa Econômica Federal, Carlos Vieira; o secretário Nacional de Mobilidade Urbana, Denis

Andia; o secretário Nacional de Desenvolvimento Urbano, Carlos Tomé; o secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Marcelo Branco; e o presidente do Secovi-SP, Rodrigo Luna, entre outras autoridades e parlamentares.

Pelas regras da Caixa Econômica Federal, o valor máximo para financiamento pelo banco é de R\$ 170 mil. Como a quantia é insuficiente para cobrir todos os custos de produção habitacional em São Paulo, o aporte complementar solicitado pela Caixa ao Casa Paulista é fundamental para viabilizar a construção dos empreendimentos.

No FDS, os proponentes dos conjuntos são entidades organizadoras, que ficam responsáveis pela indicação da demanda. Já pelo FAR, os empreendimentos podem ser propostos pelo mercado, Estado ou municípios. A indicação dos beneficiários deverá ser feita pelas prefeituras, com possibilidade de apoio da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SDHU).

O aporte estadual é a fundo perdido, ou seja, os cidadãos contemplados não precisam pagar de volta. O subsídio permite que as famílias tenham acesso ao financiamento imobiliário, que é feito pela Caixa Econômica Federal. Os cidadãos atendidos devem obedecer às regras dos programas, como ter renda de até R\$ 2.850,00 e com inscrição ativa no CADÚNICO. Também não poderão ter recebido benefício anterior no âmbito dos Programas Habitacionais administrados pela SDUH ou pela CDHU.

O pagamento da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habi-

VALTER CAMPANATO/ABRASIL



tação à Caixa será feito em cinco parcelas trimestrais, distribuídas entre os exercícios de 2025 e 2026. O contrato vigente com a Caixa Econômica Federal, assinado na última semana, prevê a contratação de até 18,4 mil unidades. A SDHU tem recebido os pleitos de empreendimentos aprovados pela Caixa, que agora passam por análise técnica da pasta, dentro dos critérios objetivos para a destinação de recursos.

Entre os critérios, estão o déficit habitacional, presença de área de risco no município/região e o índice de desenvolvimento humano no local. Para o aporte para as demais unidades, serão feitos aditivos contratuais futuramente, até atingir os 30 mil imóveis autorizados.

REGRAS DO ACORDO
Caberá à Caixa Econômica

Federal contratar os empreendimentos, vistoriar as obras e atestar o cumprimento do cronograma físico-financeiro para a consequente liberação de recursos previstos na operação, nos empreendimentos nos quais a SDUH aportar os subsídios. O acompanhamento das obras e serviços é de exclusiva responsabilidade do Agente Financeiro, sendo que os relatórios deverão ser encaminhados à secretaria de Estado.

O novo contrato é um aditamento de uma parceria vigente desde 2022, que, além de permitir complemento estadual em empreendimentos financiados pelo FAR e pelo FDS, também regulamenta a parceria do Casa Paulista - Carta de Crédito Imobiliário (CCI) no aporte de cheques em empreendimentos financiados no âmbito do FGTS pela Caixa. Para esta modalidade, está previsto o investimento de R\$ 300 milhões apenas neste ano pelo Governo do Estado.

Desde 2023, foram entregues 28,7 mil unidades nesta modalidade, enquanto outras 55 mil estão em construção. No fim da tarde desta segunda-feira, se encerra uma nova etapa de cadastramento de empreendimentos pelo setor privado. A partir deste prazo, a SDUH fará uma análise dos pleitos e, nas próximas semanas, os novos aportes serão anunciados.

Os subsídios, feitos diretamente às famílias com renda de até três salários mínimos que desejam comprar as unidades, vão de R\$ 10 mil a R\$ 16 mil, a depender do município onde se localiza o imóvel. Mais informações estão disponíveis no site do Programa Casa Paulista.

CORRUPÇÃO

Juscelino Filho oficializa demissão de ministério

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O ministro das Comunicações, Juscelino Filho, pediu desligamento do cargo, ontem, após ter sido denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) por supostos desvios em emendas parlamentares quando ele era deputado federal.

Ele estava no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva desde o início do mandato, em janeiro de 2023. De acordo com a Secretaria de Imprensa da Presidência da República, o presidente ligou para Juscelino Filho e solicitou que o ministro pedisse sua demissão, para poder realizar sua ampla defesa fora do governo.

Em carta aberta divulgada no início da noite, o agora ex-ministro disse que pediu exoneração para preservar o projeto do

governo federal e se concentrar em sua própria defesa.

"A decisão de sair agora também é um gesto de respeito ao governo e ao povo brasileiro. Preciso me dedicar à minha defesa, com serenidade e firmeza, porque sei que a verdade há de prevalecer. As acusações que me atingem são infundadas, e confio plenamente nas instituições do nosso país, especialmente no Supremo Tribunal Federal, para que isso fique claro. A justiça virá!", escreveu.

A acusação formal foi apresentada na semana passada ao ministro Flávio Dino, relator das investigações sobre o caso no Supremo. O processo corre sob sigilo. O envio da denúncia foi revelado pelo portal UOL e confirmado pela Agência Brasil.

Após a PGR enviar a denúncia, o ministro Flávio Dino deve enviar o caso para a Primei-

ra Turma, para que seja decidido se a acusação merece se tornar uma ação penal, o que tornaria Juscelino Filho réu no Supremo.

Se uma ação penal for aberta, tem início uma nova fase de instrução processual, com a oitiva de testemunhas e a possível produção de novas provas. Não há prazo definido para o julgamento final do caso, em que Juscelino Filho poderá ser condenado ou absolvido.

Ainda em sua carta aberta, Juscelino Filho, que é filiado ao União Brasil e tem mandato de deputado federal pelo Maranhão, afirmou que voltará à Câmara dos Deputados. Ele aproveitou para fazer um breve balanço de sua gestão à frente da pasta.

"Saio do Ministério com a cabeça erguida e o sentimento de dever cumprido. O Brasil está

em outro patamar. Estamos levando banda larga a 138 mil escolas, destravamos o Fust (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações) - que estava parado há mais de duas décadas - para investimento de mais de R\$ 3 bilhões em projetos de inclusão digital, entregamos mais de 56 mil computadores em comunidades carentes, estamos conectando a Amazônia com 12 mil km de fibra óptica submersa e deixamos pronta a TV 3.0, que vai revolucionar a televisão aberta no país", destacou.

O nome do substituto de Juscelino Filho no Ministério das Comunicações ainda não foi informado pelo Palácio do Planalto. O presidente Lula está em viagem oficial a Honduras, onde participará da Cúpula da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac)

Bancada do União na Câmara defende Juscelino Filho após denúncia da PGR

GABRIEL DE SOUSA/AE

O líder do União Brasil na Câmara, deputado Pedro Lucas Fernandes (MA), defendeu o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, após a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra ele por corrupção. Juscelino é deputado federal pelo partido e integra a Esplanada por ser uma indicação da bancada da sigla.

Na nota divulgada ontem, Pedro Lucas Fernandes diz que a bancada "reafirma a confiança" em Juscelino e expressa a confiança de que o ministro "poderá apresentar todos os esclarecimentos no Supremo Tribunal Federal (STF)" com o direito à ampla defesa e ao contraditório.

O líder do União na Câmara também distribuiu elogios para a atuação de Juscelino na Exe-

cutivo. Segundo Pedro Lucas Fernandes, a bancada vai acompanhar com "serenidade e confiança nas instituições" os desdobramentos da denúncia da PGR.

"A atuação do ministro Juscelino Filho no Ministério das Comunicações tem sido pautada por responsabilidade, competência e resultados concretos, com políticas públicas voltadas à ampliação da conectividade e à inclusão digital de milhões de brasileiros especialmente nas áreas mais remotas do País", afirmou Pedro Lucas Fernandes.

Juscelino foi denunciado pela PGR após a Polícia Federal (PF) indicá-lo, em junho do ano passado, após investigações baseadas em reportagens do Estadão. A corporação imputou a ele os crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro e cor-

rupção passiva.

Em nota, os advogados Ticiano Figueiredo, Pedro Ivo Velloso e Francisco Agosti, que representam o ministro, disseram que ele "reafirma sua total inocência" e que o oferecimento da denúncia "não implica em culpa".

"Como deputado federal, no mandato anterior, Juscelino Filho limitou-se a indicar emendas parlamentares para custear a realização de obras em benefício da população. Os processos de licitação, execução e fiscalização dessas obras são de competência exclusiva do Poder Executivo, não sendo responsabilidade do parlamentar que indicou os recursos", diz a nota.

Além de Juscelino, a bancada do União na Câmara também indicou o ministro do Turismo, Celso Sabino, outro deputado

federal da sigla. Em outra crise envolvendo Juscelino, os parlamentares do partido fizeram pressão e mantiveram o chefe das Comunicações na pasta.

A crise ocorreu em fevereiro de 2023, quando Juscelino utilizou uma aeronave da Força Aérea Brasileira (FAB) para ir e voltar de São Paulo, onde participou de leilões de cavalos de raça, caso também revelado pelo Estadão. Na ocasião, o Ministério da Defesa calculou as despesas em R\$ 130.392,87.

Como mostrou o Estadão, Lula quer que o União Brasil apresente outro nome para substituir Juscelino.

Em junho do ano passado, Lula prometeu afastar Juscelino do governo se ele fosse denunciado pela PGR. A declaração do presidente foi após o indiciamento dele pela PF.

CÂMARA

Hugo Motta decide acelerar projetos de lei feitos pelo STF e STJ

LEVY TELES/AE

No meio da pressão do PL pela votação da anistia aos presos do 8 de Janeiro, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), decidiu acelerar quatro projetos de lei de interesse do Poder Judiciário ontem.

As proposições, de autoria do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) criam cargos comissionados, varas federais, cargos de juízes federais e preenchem vagas em varas federais.

A votação dos requerimentos de urgência desses projetos, que aceleram a tramitação para já votar em plenário, vai contra um dos principais elementos da campanha de Motta, contrário a esse procedimento, adotado com regularidade durante a era de seu predecessor, Arthur Lira (PP-AL).

Como mostrou o Estadão, esse procedimento foi adotado durante a pandemia de covid-19, em 2020, e prosseguiu anos adiante. Entre fevereiro

de 2021 e outubro de 2023, a Casa aprovou 360 requerimentos desse tipo.

Ao mesmo tempo em que encurta a tramitação dos projetos, o uso excessivo desses requerimentos torna o processo menos participativo, esvaízia o debate e mais centraliza o protagonismo aos líderes partidários.

A primeira urgência aprovada veio do STF, que cria 160 funções comissionadas no gabinete dos ministros do Supremo. Cada qual desses servidores custa R\$ 3.256,70 mensais.

Segundo o presidente da Corte, ministro Luís Roberto Barroso, a proposta "não traz aumento no limite para despesas primárias" e haveria "somente remanejamento interno entre ações".

Deputados do PL e do Novo protestaram contra os requerimentos. "Não acho que isso é urgente para o nosso País", disse Nikolas Ferreira (PL-MG). "Isso é uma vergonha para esse Congresso estar votando isso aqui com urgência e uma vergonha escancarada para o povo brasileiro."

DOENÇA

Dengue: SP, MG e PR concentram 73% dos casos e 86% dos óbitos

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

Dos cerca de 850 mil casos prováveis de dengue notificados no Brasil ao longo dos três primeiros meses de 2025, 73% se concentram nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná. Os dados foram divulgados ontem pelo Ministério da Saúde.

Os três estados respondem ainda por 86% de todos os óbitos por dengue no país, sendo que São Paulo concentra 305 de um total de 430 mortes confirmadas no período.

"O que tem nos preocupado? Os óbitos", destacou a secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente, Mariângela Simão, durante coletiva de imprensa.

Segundo ela, a letalidade por dengue no estado de São Paulo, neste momento, é maior do que a média nacional.

"Todo óbito por dengue, em princípio, é uma morte evitável", completou.

SOROTIPOS

Mariângela ressaltou ainda a circulação do sorotipo 3 da dengue no país — tipo do vírus que não circulava no Brasil há mais de 15 anos e, por isso, encontra menos pessoas imunes ao contágio. Neste momento, 22% dos casos de dengue registrados no Brasil são do sorotipo 3.

Dados da pasta indicam também que 72% dos casos de dengue registrados no estado de São Paulo são do sorotipo 3. "Temos mais gente suscetível a ele", explicou a secretária.

Ainda segundo Mariângela, o estado de São Paulo identificou ainda a circulação do sorotipo 4 da dengue — ao todo, quatro casos foram notificados para o sorotipo.

De acordo com o ministério, o sorotipo 2 segue respondendo pela maioria dos casos de dengue identificados no país, com índice de 72%.

PICO DE CASOS

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, lembrou que

os meses de abril e maio, tradicionalmente, respondem como o período de maior registro de casos e, consequentemente, de óbitos por dengue — sobretudo na Região Sudeste.

Segundo ele, a proposta de apresentar o balanço de três meses da dengue no país contribui, inclusive, para preparar a pasta para o que ainda está por vir nesse período. "É um corte importante", avaliou.

"Está claro para todos nós: temos uma redução expressiva no número de casos em 2025, quando comparados com 2024. Não é pouca coisa reduzir 75%", disse Padilha, ao citar 2,3 milhões de casos a menos que os três primeiros meses do ano passado.

"Temos uma concentração desses casos em um estado", destacou. "Queremos e vamos reforçar ações para apoiar estados onde há uma concentração, neste momento, do número de casos", completou o ministro.

Os principais sintomas da dengue são:

- febre alta
- dor atrás dos olhos
- dores no corpo, músculos e articulações
- manchas avermelhadas na pele e coceira
- náuseas

Pacientes com dengue devem seguir a orientação e acompanhamento dos serviços de saúde, buscando repouso e hidratação com a ingestão de líquidos.

PREVENÇÃO

As ações de prevenção da dengue incluem principalmente a atenção para não deixar locais descobertos com água, como caixas d'água, calhas, bueiros ou vasos de plantas. O mosquito *Aedes aegypti*, que transmite a dengue, a zika e a chikungunha, utiliza esses locais para depositar seus ovos e procriar. A vacina contra a dengue também já está disponível no Sistema Único de Saúde de para o público de 10 a 14 anos que reside em localidades prioritárias.

TRAGÉDIA

Ônibus com 46 pessoas capota em rodovia de MG e deixa 11 mortos

RENATA OKUMURA/AE

O capotamento de um ônibus de viagem na MG-223, entre Araguari e Tupaciguara, próximo ao Trevo de Queixinho, no Triângulo Mineiro, em Minas Gerais, deixou ao menos 11 pessoas mortas, na madrugada desta terça-feira, de acordo com o Corpo de Bombeiros.

Dez óbitos foram constatados no local e uma morte, de acordo com a Polícia Civil do Estado,

trata-se de uma vítima que deu entrada em hospital, mas não resistiu aos ferimentos.

Entre as vítimas estão duas crianças de 2 e 4 anos. Anteriormente, a informação indicava outras idades. O coletivo estava com 46 pessoas, incluindo o motorista. A informação inicial era de que havia cerca de 50 ocupantes.

A Polícia Civil de Minas Gerais afirma que seguem em andamento as investigações para esclarecer as causas do grave

acidente.

"Os corpos estão sendo identificados e preparados para liberação no Posto Médico-Legal de Araguari. O motorista sobreviveu e foi encaminhado para atendimento médico", disse a polícia.

Ao menos 18 passageiros foram encaminhados para atendimento em hospitais da região, sendo alguns em estado grave. Outros 18 tiveram ferimentos leves e dispensaram atendimento,

conforme o Corpo de Bombeiros.

Ainda segundo os bombeiros, o motorista teria perdido o controle da direção e atravessado o canteiro central que liga as rodovias MG-223 e a MG-413, capotando na alça de acesso. A ocorrência foi registrada por volta das 3h40 da manhã.

O ônibus fazia o trajeto entre Anápolis, em Goiás, e Ribeirão Preto, interior paulista. Teria feito embarque de passageiros no trajeto em outras cidades.

combate ao crime organizado".

Para tanto, será necessário padronizar protocolos, informações e dados estatísticos — algo difícil de ser feito em um contexto em que, com 27 unidades federativas, tem-se 27 certidões de antecedentes criminais distintas, 27 possibilidades de boletins de ocorrências e 27 formatos de mandados de prisão.

"A padronização de dados e informações é fundamental para que se dê efetividade ao Sistema Único de Segurança Pública", justificou, em nota, o governo federal ao garantir que essa normatização não significa que a União centralizará os sistemas de tecnologia da informação. Os estados não serão obrigados a usar plataformas distintas das que já são utilizadas", destaca a nota.

JUSTIÇA

Governo entrega PEC da Segurança Pública à Câmara

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública - preparada pelo governo federal - foi entregue ontem pelo ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, e pela ministra-chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Gleisi Hoffmann, ao presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta. O texto foi atualizado

para a inclusão de sugestões dos governadores. Assim que recebeu o documento em sua residência oficial, Motta disse, via redes sociais, que dará prioridade à matéria na Câmara. "Segurança pública é um tema que nos une. Há pouco, eu e os líderes da Câmara recebemos a PEC da Segurança Pública pelas mãos do ministro Ricardo Lewandowski e da ministra Gleisi Hoffmann. Daremos total prioridade para a discussão

deste texto. Vamos analisar e propor as mudanças necessárias o quanto antes. O Brasil tem pressa para avançar com esta pauta", declarou o presidente da Câmara.

Entre os principais pontos da proposta figura o que poderá dar status constitucional ao Sistema Único de Segurança Pública, criado em 2018 por lei ordinária. Segundo o governo, a ideia é, com as novas medidas, "estabelecer diretrizes para fortalecer o Estado no

ENCHENTES

Angra dos Reis decreta emergência em saúde pública devido às chuvas

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

A prefeitura de Angra dos Reis, na Costa Verde do Rio de Janeiro, decretou, ontem situação de emergência em saúde pública no município. A medida foi tomada por causa do comprometimento das atividades do Complexo de Saúde do Parque Mambucaba, que abrange a Clínica da Família, o Ambulatório Médico de Especialidades (AME), o Serviço de Pronto Atendimento (SPA) 24horas, o Centro de Especialidades Odontológicas e o SPA Odontológico.

De acordo com o secretário de Saúde, Rodrigo Ramos, as unidades, que atendem cerca de 40 mil moradores da região, foram atingidas pela inundação. "No Complexo de Saúde, registramos perdas de computadores, móveis, insumos, medicamentos e prontuários físicos", informou.

O decreto terá validade de 180 dias. A Secretaria Municipal de Saúde fica autorizada a adotar medidas administrativas urgentes para enfrentar a crise, incluindo a aquisição di-

reta de bens e serviços necessários para a manutenção dos atendimentos a população do município.

Após um mutirão de limpeza e desinfecção, os atendimentos foram retomados, com exceção dos serviços do Centro Odontológico do bairro, que estão temporariamente suspensos. Os pacientes estão sendo encaminhados para o Serviço de Pronto Atendimento Odontológico no bairro do Frade.

ALERTA DE DOENÇAS

Outro ponto de alerta no decreto de emergência em saúde pública é o aumento do risco de doenças como hepatite A, leptospirose e dengue, enfermidades comumente associadas a períodos de enchente. A Secretaria de Saúde orienta que qualquer pessoa que tenha tido contato com a água de enchente procure imediatamente a unidade de saúde mais próxima, caso apresente, sintomas como febre, dores no corpo, dor de cabeça, diarreia ou outras condições incomuns.

PM

Sargento que matou feirante tem prisão preventiva decretada

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

O sargento da Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMRJ) Fernando Ribeiro Baraúna teve a prisão em flagrante convertida em preventiva na audiência de custódia realizada ontem no Presídio José Frederico Marques, em Benfica, zona norte da cidade. Na madrugada de domingo passado, Baraúna matou o feirante Pedro Henrique Moreto Dantas, de 20 anos, quando o rapaz estava montando a barraca em que vende pastéis e caldo de cana na feira da Praça Panamericana, na Penha.

O militar tinha acabado de deixar uma boate ali perto, onde passou a noite tomando cerveja junto com a mulher, Natália Regina Teles Novo. Testemunhas do crime disseram que o casal estava com a fala alterada e andar cambaleante. A mulher do policial foi quem apontou o feirante dizendo que se tratava de um usuário de crack, que estava na boate, provocando arruaça e que teria discutido com seu marido.

Em seguida, o policial sacou a pistola e deu dois tiros pelas costas em Pedro Henrique, que tentou correr, mas foi atingido e morreu na hora. Testemunhas que já estavam na feira disseram que a vítima tinha chegado de casa naquela hora e estava montando a barraca para começar a trabalhar.

Policiais militares foram acionados e prenderam o sargento Baraúna, quando ele se preparava para deixar o local de carro. Ele saiu do carro com a pistola na mão, mas se entregou dizendo que também era militar. Os policiais que o prenderam disseram na delegacia que ele camba-

leava e estava com a voz embarcada. Na delegacia, foi feito o auto de prisão em flagrante, e o policial foi detido. Ontem, na audiência de custódia, o juiz Patrick Couto Xerez Sobral transformou a prisão em flagrante em preventiva. "Indefiro os pedidos de relaxamento da prisão e liberdade provisória e converto em preventiva a prisão de Fernando Ribeiro Baraúna, como forma de garantia da ordem pública e aplicação da lei penal", diz o juiz na decisão.

OUTRO CASO

Segunda-feira, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MP-RJ) denunciou à Justiça o tenente reformado Carlos Alberto de Jesus por duas tentativas de homicídio duplamente qualificado e pediu a prisão preventiva dele. Foi o segundo caso na cidade em menos de dois meses.

OPM da reserva atirou contra o estudante universitário Igor Melo de Carvalho e o motociclista de aplicativo Thiago Marques Gonçalves na madrugada do dia 24 de fevereiro deste ano, no bairro da Penha, zona norte do Rio. Carlos Alberto de Jesus disse acreditar que os dois tinham roubado o celular de sua mulher, Josilene da Silva Souza, que também foi denunciada por falso testemunho.

Ainda segundo a promotora, após o atentado, Josilene prestou depoimento na polícia afirmando que uma das vítimas tentou sacar uma arma antes dos disparos feitos pelo marido. A falsa declaração levou à prisão equivocada dos dois homens. Posteriormente, Josilene apresentou outras versões contraditórias dos fatos.

Nota**CLÁUDIO CASTRO ANUNCIA CRIAÇÃO DA MATERNIDADE DA ROCINHA**

A Rocinha vai ganhar uma maternidade até o fim deste ano. O anúncio foi feito pelo governador Cláudio Castro ontem, durante o evento de lançamento da segunda edição do Programa de Apoio à Implantação de Parques de Inovação Social, Tecnológico e Ambiental (Pista) em comunidades do Rio de Janeiro. No total, R\$ 42 milhões serão destinados ao desenvolvimento e à aplicação dos projetos. "O filho da Rocinha voltará a nascer aqui, pois a comunidade terá uma maternidade só para ela. Eu espero que até o fim do ano essa maternidade seja entregue e o povo da Rocinha não tenha que se deslocar para longe para ter os seus filhos.

GUERRA DE TARIFAS

EUA anunciam que vão taxar produtos da China em 104%

RAFAEL CARDOSO/ABRASIL

A secretária de imprensa da Casa Branca, Karoline Leavitt, confirmou ontem que os Estados Unidos vão cobrar tarifas de 104% sobre os produtos chineses a partir de hoje. A medida é mais um episódio da guerra comercial entre os países.

Na coletiva de imprensa transmitida pelas redes sociais da Casa Branca nesta tarde, a secretária foi questionada por um repórter se o presidente Donald Trump manteria a decisão de adicionar 50% em taxas sobre os produtos da China.

"Elas (as novas taxas) entrarão em vigor à meia-noite de hoje. Então, efetivamente amanhã", respondeu Karoline Leavitt.

Minutos antes, a secretária ha-

via criticado o governo chinês por não recuar e aceitar uma negociação com os Estados Unidos.

"Países como a China, que escolhem retaliar e tentam redobrar os maus-tratos aos trabalhadores americanos, estão cometendo um erro. O presidente Trump tem uma espinha dorsal de aço e não vai quebrar. A América não vai quebrar sob sua liderança. Ele é guiado por uma firme convicção de que a América deve ser capaz de produzir bens essenciais para o nosso próprio povo e exportá-los para o mundo", disse Leavitt.

Na segunda-feira, Donald Trump havia ameaçado impor tarifas adicionais sobre todas as importações da China caso Pequim não recusasse a decisão de impor tarifas recíprocas contra Washington.

"Se a China não retirar seu au-

mento de 34% acima de seus abusos comerciais de longo prazo até amanhã, 8 de abril de 2025, os Estados Unidos imporão tarifas adicionais à China de 50%, com efeito em 9 de abril", disse o americano em rede social.

HISTÓRICO DE TAXAÇÃO

Em março, Washington impôs taxas específicas de 20% à China, em um dos primeiros movimentos de Trump para pressionar o país asiático. No último dia 2 de abril, os EUA iniciaram uma guerra de tarifas contra todos os parceiros comerciais, com taxação adicional de 34% sobre todos os produtos chineses que entram no país norte-americano. Com a promessa de uma terceira taxação de 50%, o total iria para 104%.

Além de retaliar com tarifas

de 34% sobre os produtos estadunidenses, Pequim também estabeleceu restrições para exportação de minerais raros, chamados terras raras, e proibir o comércio com 16 empresas dos EUA.

Em editorial publicado no domingo passado, o jornal porta-voz do Partido Comunista Chinês (PCCh) - o Diário do Povo - disse que a China está preparada para a guerra de tarifas de Donald Trump e que o "céu não cairá" por causa das novas barreiras comerciais.

"Devemos transformar pressão em motivação e encarar a resposta ao impacto dos EUA como uma oportunidade estratégica para acelerar a construção de um novo padrão de desenvolvimento", afirmou o editorial do principal jornal do PCCh.

'China lutará até o fim', diz porta-voz sobre guerra comercial com os EUA

RAFAEL CARDOSO/ABRASIL

O representante do Ministério das Relações Exteriores da China, Lin Jian, disse ontem que "pressionar, ameaçar e chantagear não são as maneiras certas de lidar com a China". A declaração foi dada em entrevista à imprensa, em referência à taxa-

ção adicional de 50% aos produtos do país anunciada ontem pelos Estados Unidos.

"A China tomará as medidas necessárias para salvaguardar resolutamente seus direitos e interesses legais. Se os Estados Unidos ignorarem os interesses dos dois países e da comunidade internacional e insistirem

em lutar guerras tarifárias e guerras comerciais, a China certamente lutará até o fim", disse o porta-voz.

Segundo a agência de notícias estatal Xinhua, Lin Jian disse que os Estados Unidos impõem tarifas de maneira indiscriminada e violam os direitos legítimos de outros países e as

regras da Organização Mundial do Comércio, além de prejudicarem o sistema de comércio multilateral e a estabilidade da ordem econômica global.

"É unilateralismo típico, protecionismo e intimidação econômica, e tem sido amplamente contestado pela comunidade internacional", disse Lin.

TURISMO

Brasil começa a exigir visto para cidadãos do Canadá, EUA e Austrália

DANIELLA ALMEIDA/ABRASIL

Os cidadãos com passaporte da Austrália, do Canadá e dos Estados Unidos precisarão de visto para entrar no Brasil a partir de amanhã, quando entra em vigor o decreto do poder Executivo que estabelece a exigência.

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), a decisão do governo brasileiro foi tomada em maio de 2023 em respeito ao princípio da reciprocidade. A medida ocorre porque nos três países citados não há isenção de vistos aos nacionais brasileiros e "o Brasil não concede isenção unilateral de vistos de visita".

O Itamaraty informou que o governo brasileiro segue negociando acordos de isenção de vistos em bases recíprocas com

os países mencionados. Em publicação em uma rede social, o ministro do Turismo, Celso Sabino, reforçou o posicionamento do governo brasileiro.

"Seguimos em tratativas para que os EUA isentem os brasileiros da exigência de visto, permitindo a reciprocidade para os norte-americanos que visitam o Brasil."

Dados do painel de Chegadas de Turistas Internacionais ao Brasil da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), mostram que em 2024, o Brasil recebeu 728.537 turistas dos Estados Unidos, 96.540 vindos do Canadá, e 52.888 turistas da Austrália.

SOLICITAÇÃO DO VISTO

Os viajantes destes países que chegam ao Brasil por via aérea, marítima ou terrestre, devem so-

licitar o visto online no site eVisa, com taxa de US\$ 80,90, aproximadamente R\$ 479. A estada desses visitantes no Brasil não poderá exceder 90 dias.

O primeiro passo é preencher o formulário de solicitação de visto e anexar os documentos exigidos, como o passaporte.

A solicitação do visto eletrônico deve ser feita com antecedência para evitar interrupções de viagem causadas por atrasos ou conexões perdidas, em caso da falta do visto.

PROJETO DE LEI

Ao contrário do que estabelece o decreto presidencial, o Senado Federal aprovou, em março deste ano, um projeto de lei que suspende a exigência de vistos para cidadãos da Austrália, do Canadá, dos Estados Unidos

e do Japão a partir de 10 de abril. O texto seguiu para apreciação da Câmara dos Deputados e ainda não teve tramitação.

O projeto de decreto legislativo aprovado no Senado é de autoria do senador da oposição Carlos Portinho (PL-RJ) e foi relatado por outro parlamentar do mesmo partido, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

Apesar de constar no projeto do Senado, o Japão não está mais na lista dos países que exigem visto dos cidadãos brasileiros. Em agosto de 2023, os governos do Brasil e do Japão chegaram a um entendimento para a isenção recíproca de vistos de visita para portadores de passaporte comum que viajem por período de até 90 dias. A isenção entrou em vigor em setembro de 2023 e tem validade de três anos.

EUA

Homem usa advogado criado por IA em processo e recebe reprimenda de juíza

Bastaram alguns segundos para os juízes de um tribunal de apelações de Nova York (EUA) perceberem que o homem em um vídeo, prestes a apresentar um argumento em um processo, não apenas não tinha diploma de direito, como também nem existia de verdade.

O mais recente capítulo da chegada da inteligência artificial ao mundo jurídico aconteceu em 26 de março, sob a cúpula de vitrais do Tribunal de Apelação da Primeira Divisão Judicial da Suprema Corte do Estado de Nova York, onde um painel de juízes estava prestes a ouvir Jerome Dewald, autor de um processo trabalhista

"O apelante enviou um vídeo

para sua argumentação", disse a juíza Sallie Manzanet-Daniels. "Ok. Vamos assistir agora ao vídeo." Na tela apareceu um homem sorridente, com aparência jovem, cabelo estilizado, camisa social e suéter.

"Com a devida vênia, excelências," começou o homem. "Venho hoje aqui humildemente, representando-me em causa própria, perante um painel de cinco ilustres juízes." "Ok, espere um momento," disse Manzanet-Daniels. "Esse é o advogado do caso?" "Eu que gerei isso. Essa pessoa não é real," respondeu Dewald.

Era, de fato, um avatar gerado por inteligência artificial. A juíza não ficou nada satisfeita. "Seria

bom saber disso quando você fez a solicitação. Você não me informou, senhor," disse Manzanet-Daniels, antes de gritar para desligarem o vídeo. "Não gosto de ser enganada," acrescentou, antes de permitir que Dewald prosseguisse com seus argumentos.

Dewald posteriormente escreveu uma carta de desculpas ao tribunal, dizendo que não teve intenção de causar nenhum dano. Ele não tinha advogado representando-o no processo, então precisava apresentar seus argumentos legais por conta própria. E achou que o avatar conseguiria fazer a apresentação sem os seus costumes murmurados, gaguejos e tropeços nas palavras.

Em entrevista, Dewald contou que solicitou permissão ao tribunal para exibir um vídeo gravado, e então usou um produto criado por uma empresa de tecnologia de São Francisco para criar o avatar. Inicialmente, ele tentou gerar uma réplica digital de si mesmo, mas não conseguiu fazer isso antes da audiência. "O tribunal ficou realmente irritado com isso," admitiu Dewald. "Eles me deram uma bela bronca."

Daniel Shin, professor adjunto e diretor assistente de pesquisa do Centro de Tecnologia Jurídica e Judiciária da Faculdade de Direito William & Mary, disse que não ficou surpreso ao saber que Dewald usou uma pessoa falsa.